



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0203050-6

APELANTE(S): Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual)

APELADO.....: São Francisco Central do Trigo Ltda

RELATOR.....: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: EXECUÇÃO FISCAL DE PEQUENO VALOR. CARÁTER ANTIECONÔMICO DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE MOVER A MÁQUINA JUDICIÁRIA. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS, SEM BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO, NOS TERMOS DA ORIENTAÇÃO DO STJ. 1. O Juízo *a quo*, considerando a falta de interesse de agir da Fazenda exeqüente, pelo baixo valor do crédito exeqüendo, extinguiu o executivo fiscal sem resolução do mérito. 2. A jurisprudência vem reconhecendo a inadmissibilidade de execuções fiscais cujo custo operacional seja mais elevado do que o valor do crédito exeqüendo, em homenagem aos princípios da razoabilidade, da finalidade e do próprio interesse público. 3. Ou seja, a pretensão fazendária de cobrar créditos fiscais de valores ínfimos configura desperdício de verbas públicas, na medida em que a movimentação do aparato judicial, nesse caso, revela-se contraproducente e antieconômica. 4. Nessa linha, aliás, dispõem os artigos 2º e 2º-A, da Lei Complementar Estadual nº 105/2007, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 133/2008. 5. Esse entendimento não é afastado pela circunstância de eventualmente existirem débitos outros na esfera administrativa, a despeito do que preceitua o art. 2º, inc. II, § 1º da Lei Complementar Estadual nº 105/07, eis que o custo da movimentação da máquina judiciária há de ser avaliado à vista do processo que concretamente esteja em tramitação, até porque facultado à Fazenda exeqüente - no caso de existirem outras execuções aforadas contra o mesmo devedor - requerer a reunião dos processos, nos termos do art. 28 da Lei de Execuções Fiscais, em ordem seja a assegurar a unidade da garantia, seja a denotar, pelo somatório dos créditos exeqüendos, a viabilidade econômica dos procedimentos em causa. 6. De todo modo, é certo que a extinção do feito, por falta de interesse de agir, não faz coisa julgada material, permanecendo em aberto, portanto, a possibilidade de novo ajuizamento, em torno de valor de maior expressividade. 7. Por isso, esta relatoria vinha defendendo, em feitos do gênero, a extinção do processo, sem julgamento do mérito, com baixa na distribuição (o que não implica em extinção do crédito tributário corporificado na certidão da dívida ativa). 8. Cumpre, todavia, em homenagem à função uniformizadora do direito, adotar a diretriz jurisprudencial exarada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.111.982-SP (recurso repetitivo), no sentido de que as execuções fiscais de pequeno valor *"devem ter seus autos arquivados, sem baixa na distribuição"*. 9. Via de consequência, se houver outros débitos exigíveis judicialmente, que, no total, superem os valores mínimos definidos pela própria Fazenda exeqüente, poderá ela requerer o desarquivamento do feito em tela para fins de apensamento aos demais, para o fim de tramitação conjunta. 10. Não há no que se falar em prescrição intercorrente neste grau de recurso, haja vista a inobservância ao disposto no art. 40, §4º, da Lei nº 6.830/80. 11. Assim, na linha do entendimento jurisprudencial fixado pelo STJ, dá-se provimento parcial ao apelo, em ordem a afastar a extinção do processo sem resolução do mérito, com baixa na distribuição, tal como decretada em primeiro grau, determinando-se apenas o respectivo arquivamento, sem baixa na distribuição. 12. Decisão unânime.




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0203050-6, acima referenciados, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar provimento parcial ao recurso de apelação, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 1º de Dezembro de 2009 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

009
55
4

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0203050-6 - Petrolina
APELANTE(S).....: Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual)
APELADO(S).....: São Francisco Central do Trigo Ltda
RELATOR.....: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **Apelação Cível** interposta contra sentença prolatada pelo Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Petrolina, nos autos do processo 233.2002.002007-3, que, reconhecendo a falta de interesse de agir em face do pequeno valor do crédito exequendo - no caso, **R\$ 2.743,81 (dois mil, setecentos e quarenta e três reais e oitenta e um centavos)** -, extinguiu, sem julgamento de mérito, a Ação de Execução Fiscal proposta pelo ora apelante, **Estado de Pernambuco**, em face de **São Francisco Central do Trigo Ltda.**

No referido apelo, a Fazenda Estadual pleiteia a reforma da decisão *a quo*, sob o argumento central de que deve ser da Fazenda Pública exequente a iniciativa exclusiva de desistir da cobrança de créditos tributários irrisórios (Lei Complementar nº 105/2007, juntamente com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 133/2008), vedando-se ao Judiciário adentrar no exame do mérito administrativo de tal desistência.

Alega, também, que o valor atualizado dos débitos em conjunto da executada perante a Fazenda Pública somam R\$ 64.016,55 (sessenta e quatro mil, dezesseis reais e cinquenta e cinco centavos), débitos que suplantam o valor estipulado por lei, *"impossibilitando, inclusive, o pedido de desistência por esta Procuradoria, por tratar-se de exceção à faculdade outorgada por lei à Administração, ao teor do que preceitua o Parágrafo primeiro, inciso II, do art. 2º, da já citada Lei Complementar"* (LC nº 105/07, com a redação dada pela LC 133/08).

Por último, pontua que as execuções fiscais de valores ínfimos devem ser arquivadas sem baixa na distribuição, seguindo entendimento unificado do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas contra-razões, o apelado pugna pelo não provimento da apelação e manutenção da sentença *a quo* ou, caso esse juízo recursal não entenda dessa forma, requer a extinção do crédito tributário em lume, face a ocorrência da prescrição intercorrente.

É o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno (visto que desnecessária a intervenção ministerial, nos termos da Súmula 189 do STJ).

Recife, 27 de novembro de 2009.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

000
63
C

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0203050-6 - Petrolina
APELANTE(S).....: Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual)
APELADO(S).....: São Francisco Central do Trigo Ltda
RELATOR.....: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Conforme antedito, trata-se de apelação cível interposta pela Fazenda Estadual em face da sentença *a quo* que, ante a falta de interesse de agir devido ao pequeno valor do crédito exequendo, extinguiu, sem julgamento de mérito, a Ação de Execução Fiscal em lume.

Pois bem.

A jurisprudência vem reconhecendo a inadmissibilidade de execuções fiscais cujo custo operacional seja mais elevado do que o valor do crédito exequendo, em homenagem aos princípios da razoabilidade, da finalidade e do próprio interesse público.

Deveras, o exercício da jurisdição deve sempre levar em conta a utilidade do provimento jurisdicional pretendido em relação ao custo social de sua preparação.

Assim, a pretensão do Estado em cobrar créditos fiscais de valores ínfimos configura desperdício de verbas públicas, na medida em que a movimentação do aparato judicial, nesse caso, revela-se contraproducente e antieconômica.

Nessa linha, aliás, dispõem os artigos 2º e 2º-A, da Lei Complementar Estadual nº 105/2007, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 133/2008:

"Art. 2º. Ficam o Estado de Pernambuco, suas autarquias e fundações públicas autorizados a não ajuizar ação de execução fiscal cujo montante seja equivalente ou inferior a:

I – R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos créditos relativos ao Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS);

II – R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em relação aos demais créditos tributários ou não tributários.

(...)

"Art. 2º-A. Ficam o Estado de Pernambuco, suas autarquias e fundações públicas autorizados a desistir ou requerer a extinção de ação de execução fiscal quando o valor total dos débitos do mesmo devedor for equivalente ou inferior aos limites fixados no art. 2º desta Lei.

(...)"



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

Esse entendimento não é afastado pela circunstância de eventualmente existirem débitos outros na esfera administrativa, a despeito do que preceitua o art. 2º, inc. II, § 1º da Lei Complementar Estadual nº 105/07, eis que o custo da movimentação da máquina judiciária há de ser avaliado à vista do processo que concretamente esteja em tramitação, até porque facultado à Fazenda exeqüente - no caso de existirem outras execuções aforadas contra o mesmo devedor - requerer a reunião dos processos, nos termos do art. 28 da Lei de Execuções Fiscais, em ordem seja a assegurar a unidade da garantia, seja a denotar, pelo somatório dos créditos exeqüendos, a viabilidade econômica dos procedimentos em causa.

De todo modo, é certo que a extinção do feito, por falta de interesse de agir, não faz coisa julgada material, permanecendo em aberto, portanto, a possibilidade de novo ajuizamento, em torno de valor de maior expressividade.

Por isso é que tenho sustentado, em feitos do gênero, a extinção do processo, sem julgamento do mérito, com baixa na distribuição (o que não implica, como visto, em extinção do crédito tributário corporificado na certidão da dívida ativa).

Nessa perspectiva, o contribuinte permanece como devedor do crédito tributário respectivo, apenas não mais figurando como executado (o que significa, em concreto, manter o crédito em tela na esfera administrativa, evitando o abarrotamento das prateleiras e da própria máquina judiciária com processos anti-econômicos).

Cumpre-me, todavia, em homenagem à função uniformizadora do direito, render-me à diretriz jurisprudencial sinalizada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.111.982-SP (recurso repetitivo, julgado em 13 de maio de 2009 sob a égide do art. 543-C, do Código de Processo Civil), no sentido de que as execuções fiscais de pequeno valor *"devem ter seus autos arquivados, sem baixa na distribuição"*.

É certo que a decisão proferida no Resp 1.111.982-SP dizia respeito a execução fiscal da Fazenda Nacional.

No entanto, os motivos determinantes daquele *decisum* aplicam-se, por identidade de substrato fático-jurídico, às execuções fiscais municipais e estaduais.

Com efeito, o eminente Relator, Min. Castro Meira, acentuou que:

"(...) O caráter irrisório da execução fiscal não é causa determinante de sua extinção sem resolução de mérito, impondo-se apenas o arquivamento do feito, sem baixa na distribuição."

O espírito da norma é o de desobstruir a máquina judiciária dos processos de pouca monta, bem como evitar os custos da cobrança, que pode equivaler, ou até superar o valor do crédito exeqüendo, sem que haja para o contribuinte o incentivo ao inadimplemento de suas obrigações tributárias."

Via de consequência, se houver outros débitos exigíveis judicialmente, que, no total, superem os valores mínimos definidos pela própria Fazenda exeqüente, poderá ela requerer o desarquivamento do feito em tela para fins de apensamento aos demais, para o fim de tramitação conjunta.

Passo a análise da alegada prescrição intercorrente, invocada em contra-razões.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

A necessidade de oitiva prévia da Fazenda, para que possa alegar qualquer fato impeditivo ou suspensivo da prescrição, é regra legal imposta pelo art. 40, §4º, da Lei nº 6.830/80.

No caso em apreço, não houve a referida intimação da Fazenda Pública em primeiro grau, razão pela qual não há no que se falar em prescrição intercorrente neste grau de recurso.

Ante o exposto, com a ressalva do meu entendimento pessoal, aplico a diretriz jurisprudencial fixada pelo STJ e assim **dou provimento parcial** ao apelo, em ordem a afastar a extinção do processo sem resolução do mérito, com baixa na distribuição, decretada em primeiro grau, determinando apenas o respectivo **arquivamento, sem baixa na distribuição**, na linha do que decidido no Resp 1.111.982-SP, Rel. Min. Castro Meira.

É como voto.

Recife, 1º de *dezembro* de 2009.

Francisco B. de Mello
Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator